

CONTRATO CEDAE N.º 111 /2018 (DE)

que entre si celebram a **COMPANHIA
ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS –
CEDAE** e a **CTIS TECNOLOGIA S/A**.

A COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE), sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor de Projetos Estratégicos e de Sustentabilidade, Sr. MARCO ANTÔNIO FEIJÓ ABREU, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a **CTIS TECNOLOGIA S/A**, localizada na SCS, Quadra 08, Bloco B, Lotes 50/60, n.º 50 – Edifício Venâncio 2000, Loja 14, 2º SUBSL – Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.333-900, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.644.731/0001-32, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por seu Diretor Vice Presidente de Finanças, Sr. JORGE DAVID RAMIRES SCOTT, portador da Identidade RNE V552765S, inscrito no CPF sob o n.º 233.004.628-60 e seu Diretor Vice Presidente ITS Suporte, Sr. RICARDO SCHEFFER DE FIGUEIREDO, portador da cédula de identidade n.º 18.599.986 SSP/SP, inscrito no CPF sob o n.º 144.290.518-28, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços de **"LOCAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA SUBSTITUIÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA DA CEDAE"**, com fundamento no **processo administrativo nº E-17/100.206/2012**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, pelo Decretos nº 3.149, de 28 de abril de 1980, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

A **CONTRATADA** obriga-se a executar, para a **CEDAE**, a prestação de serviços de **"LOCAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA SUBSTITUIÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA DA CEDAE"**, obedecendo aos itens, subitens e Anexos do Edital de Licitação por **Pregão Eletrônico nº 003/2016**, que integra o presente Contrato, ainda que neste não transcrito, bem como todas as instruções fornecidas pela **CEDAE** e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as normas relacionadas com execução, fiscalização, aceitação, penalidades, rescisão contratual e pagamentos, estabelecidas neste contrato.

COMPUTADORES (Hardware + S.O. OEM)			
ITEM	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE
I	Estação Administrativa	HP EliteDesk 800 G3 SFF BR	2300
II	Estação Técnica	HP EliteDesk 800 G3 SFF BR	400
III	Estação Móvel	HP Probook 640 G2	100

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **1.080 (mil e oitenta) dias** contados a partir do dia

seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início), que será emitida após a publicação do extrato do instrumento contratual no Diário Oficial.

Parágrafo Único - O contrato poderá ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, até o limite 48 (quarenta e oito) meses, de acordo com o que preceitua o inciso IV do artigo 57, da Lei 8.666/93.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**: realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato; fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato; exercer a fiscalização do contrato; receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A **CONTRATADA** deverá conduzir os serviços de acordo com as normas e com estrita observância do Edital, da Proposta de Preços e da legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** deverá prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**, mantendo no local dos serviços, preposto para prover o que disser respeito à regular execução dos serviços, conforme estabelecido no subitem 5.3 do Anexo V do Edital de licitação – Termo de Referência..

Parágrafo Segundo - A **CEDAE**, face ao parágrafo 2º do artigo 71 da lei nº 8.666/93 alterada pelo Art. 4º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95, exigirá da **CONTRATADA**, quando da quitação da fatura ou nota fiscal da etapa da prestação dos serviços, cópia autenticada da guia de recolhimento dos encargos previdenciários - GRPS quitada, comprovante do depósito do FGTS e respectiva folha de pagamento dos serviços realizados na etapa faturada.

Parágrafo Terceiro - Para efeito da cláusula anterior, a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para os serviços contratados, conforme preconizado no parágrafo 4º do art. 31 da Lei nº 8.212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei nº 9.032/95 de 28/04/95.

Parágrafo Quarto - Será obrigação da **CONTRATADA** manter durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme Art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - A **CONTRATADA** deverá prestar sem quaisquer ônus para a CEDAE, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados no trabalho, sempre que a ela imputáveis;

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA** deverá responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável.

Parágrafo Sétimo - Iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

Parágrafo Nono - Cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu

adimplemento, na forma da cláusula oitava.

Parágrafo Décimo - A **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar **NOTA FISCAL ELETRÔNICA** dos itens referentes aos fornecimentos de materiais, emitidas por seus respectivos fornecedores, mediante acesso ao sistema informatizado da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, disponibilizado no endereço eletrônico www.fazenda.rj.gov.br.

Parágrafo Décimo Primeiro - Todos os arquivos de NF-e oriundos de fornecedor (arquivo XML) enviados para o e-mail nfe@cedae.com.br.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Fonte de Recursos: 10
Código Orçamentário: 33903981
Programa de Trabalho: 2200022016
Conta Contábil: 411110312
Centro de Custos: DE05040000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000760

Parágrafo Único - As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA - VALOR DO CONTRATO E REAJUSTAMENTO

Ao presente contrato, em regime de empreitada por preço unitário, é atribuído o valor total de **R\$15.970.284,00. (quinze milhões, novecentos e setenta mil, duzentos e oitenta e quatro reais)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária.

COMPUTADORES (Hardware + S.O. OEM)						
ITEM	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO MENSAL (R\$)	PREÇO ANUAL (R\$)
I	Estação Administrativa	HP EliteDesk 800 G3 SFF BR	2300	152,35	350.405,00	4.204.860,00
II	Estação Técnica	HP EliteDesk 800 G3 SFF BR	400	187,95	75.180,00	902.160,00
III	Estação Móvel	HP Probook 640 G2	100	180,34	18.034,00	216.408,00
VALORES TOTAIS					443.619,00	5.323.428,00
VALORES TOTAIS PELO PRAZO DE 1.080 DIAS						15.970.284,00

Parágrafo Primeiro - No preço ajustado na cláusula anterior já se encontram incluídos todos os custos diretos e indiretos, todos os encargos, os quais correrão exclusivamente por conta e responsabilidade da **CONTRATADA**, todos os tributos, inclusive os referentes às legislações fiscal, tributária e trabalhista, e quaisquer outras despesas necessárias à execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à

comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso será adotado como limite o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. Para tanto será utilizada a seguinte expressão:

$$R = Po \left[\begin{array}{c} I - Io \\ Io \end{array} \right]$$

Onde:

R = Valor do reajustamento

Po = Preço Contratual

I = INPC correspondente ao mês de reajustamento

Io = INPC correspondente ao mês da apresentação da proposta.

a) Observada a periodicidade a aplicação do reajustamento obedecerá ao cronograma de execução de serviços em vigor.

b) O reajustamento cessará na data contratual do evento gerador de cada parcela de faturamento.

c) O valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

d) Caso o INPC do mês de apresentação da proposta não esteja disponível no dia da entrega da documentação e abertura dos envelopes de proposta, será considerado o do mês imediatamente anterior. Da mesma forma, será utilizado no lugar do Io o índice do mês imediatamente anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

Parágrafo Primeiro - A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros, devidamente habilitados, designados pelo Diretor Presidente da CEDAE. Deverão ser obedecidas toda e qualquer orientação da referida Comissão, durante toda a execução dos serviços.

Parágrafo Segundo - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, pela comissão a que se refere o parágrafo primeiro, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo parecer circunstanciado, assinado pelas partes, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, após parecer circunstanciado emitido por comissão designada para este fim, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias de observação e vistoria, contados a partir da data de emissão do parecer de que trata a alínea anterior, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

Parágrafo Terceiro - O representante da **CEDAE**, sob pena de ser responsabilizado administrativamente, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

Parágrafo Quarto - A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

Parágrafo Quinto - A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

Parágrafo Sexto - A execução dos serviços terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

Parágrafo Sétimo - Só será admitida cessão ou sub-contratação dos serviços contratados, mediante aprovação, prévia da **CEDAE**.

Parágrafo Oitavo - A **CONTRATADA** compromete-se em atender todas as determinações da Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Nono - A Fiscalização da execução dos serviços caberá à **CEDAE**, através de prepostos por ela indicados, o que não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e indivisível responsabilidade.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

Parágrafo Primeiro: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

Parágrafo Segundo: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

Parágrafo Terceiro - A **CONTRATADA** será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados aos contratos, as seguintes comprovações:

- a) Prova de pagamento dos salários até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com a habitualidade, devam integrar os salários;
- b) Prova de pagamento em dia do vale-transporte e do auxílio alimentação de seus empregados;
- c) Anotação nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados;
- d) Prova de regularidade com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos, incluindo aqueles relativos aos empregados vinculados ao contrato.

Parágrafo Quarto - A contratada será obrigada a reapresentar a Certidão Negativa de Débito e Tributos e Contribuições Federais, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d", do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou das respectivas certidões positivas com efeito de negativas, sempre que expirados os prazos de validade.

Parágrafo Quinto - A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos Parágrafos Terceiro e Quarto ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

Parágrafo Sexto - Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

Parágrafo Sétimo - No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados em 36 (trinta e seis) parcelas, mediante crédito em conta bancária mantida pela **CONTRATADA** no Banco Bradesco S.A., cujo número e agência deverão ser informados no Formulário Solicitação de Cadastro de Credor, conforme Anexo VIII deste edital.

Parágrafo Primeiro - No caso do licitante vencedor estar estabelecido em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pela **CEDAE** a impossibilidade de o licitante, em razão da negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela futura contratada.

Parágrafo Segundo - Os pagamentos devidos pela **CEDAE** à **CONTRATADA** somente serão autorizados após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

Parágrafo Terceiro - O pagamento das faturas, acompanhadas do documento de cobrança, será efetuado pela **CEDAE** no 30º (trigésimo) dia, após a data final do período de adimplemento de cada parcela, mediante demonstração pela contratada do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas, relativas aos empregados vinculados ao contrato referente ao mês anterior à data do pagamento, devendo a fatura ser aceita (atestada) ou recusada no máximo em 03 (três) dias pela fiscalização, após a apresentação desta.

Parágrafo Quarto - A demonstração do cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas consiste na apresentação de comprovante de recolhimento mensal ao FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos relativos à mão de obra empregada no contrato, previstos no Parágrafo Terceiro da cláusula oitava deste Contrato.

Parágrafo Quinto - Satisfeitas as obrigações previstas nos Parágrafos Segundo e Terceiro, o prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da entrega do documento de crédito, isento de erros, à Comissão de Fiscalização

Parágrafo Sexto - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

Parágrafo Sétimo - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M

e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da **CEDAE**, pela inexecução total ou parcial de suas cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

Parágrafo Primeiro - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, cabendo à Administração o reconhecimento de seus direitos em caso de rescisão administrativa, conforme Art. 55, inciso IX e Art. 77 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Segundo - O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total dos serviços sem prévia autorização por escrito da **CEDAE**, constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Terceiro - A rescisão de que tratam os artigos 77 e 78, I a XII e XVII, da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94, se opera por ato unilateral da **CEDAE** (Art. 79, inciso I) sem que caiba à **CONTRATADA**, em hipótese alguma ou a qualquer título, direito à indenização a não ser o pagamento das parcelas realmente executadas e aprovadas pela Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Quarto - Não havendo culpa da **CONTRATADA** para a ocorrência da rescisão, fará ela jus ao ressarcimento dos prejuízos regularmente comprovados, de conformidade com o parágrafo 2º do Art. 79 da Lei 8.666/93, modificada pela Lei 8.883/94.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

Parágrafo Sexto - A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

Parágrafo Sétimo - Na hipótese de rescisão do contrato, além das demais sanções administrativas cabíveis, ficará a **CONTRATADA** sujeita à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o saldo reajustado dos serviços não executados, sem prejuízo da retenção de créditos, e das perdas e danos que forem apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

Parágrafo Primeiro - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

Parágrafo Segundo - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

- a) Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

Parágrafo Terceiro - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Obras.

Parágrafo Quarto - A multa administrativa, prevista na alínea b, do Parágrafo Primeiro:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) deverá, nas reincidências específicas, corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

Parágrafo Quinto - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

Parágrafo Sexto - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea d, do Parágrafo Primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

a) A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Parágrafo Sétimo - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.

Parágrafo Oitavo - Se o valor das multas previstas na alínea b, do Parágrafo Primeiro e do Parágrafo Sétimo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Nono - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

Parágrafo Décimo - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

a) Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

b) A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

b.1) A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do Parágrafo Primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do Parágrafo Quarto.

c) Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

Parágrafo Décimo Primeiro - Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

Parágrafo Décimo Segundo - As penalidades serão registradas pela CEDAE no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

Parágrafo Décimo Terceiro - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

Parágrafo Décimo Quarto - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada na hipótese de não apresentação da documentação exigida no parágrafo terceiro da Cláusula Oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

Parágrafo Décimo Quinto - Será aplicada a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 1 (um) ano,

conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurado inadimplemento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

Parágrafo Primeiro - A denúncia e a rescisão administrativa deste contrato, em todos os casos em que admitidas, independem de prévia notificação judicial ou extrajudicial e operarão seus efeitos a partir da publicação do ato no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo Segundo - Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CEDAE** poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao valor da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

Parágrafo Único - Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeito ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Único - O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

Parágrafo Primeiro - É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem prévia autorização judicial.

Parágrafo Segundo - A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos

decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CONTRATADA**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura

Parágrafo Primeiro - O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo Segundo - O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

A caução correspondente a 1% (um por cento) do valor do contratual, efetuada pela contratada na forma de seguro garantia, ficará depositada na tesouraria da **CEDAE**, sendo liberada ou restituída após a execução do contrato.

Parágrafo Primeiro - Sempre que se fizer necessário, a **CONTRATADA** deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 1% (um por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

Parágrafo Segundo - A garantia poderá ser substituída, em qualquer tempo - faculdade da **CONTRATADA** - por moeda corrente nacional, e/ou por carta de fiança bancária, e/ou por seguro - garantia (conforme modelos **CEDAE** devidamente acompanhados da Certidão de Regularidade Operacional junto à SUSEP e da Certidão de Regularidade Operacional junto ao IRB); e/ou por Títulos da Dívida Pública, pelo seu valor nominal, não onerado com Cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade ou intransferibilidade, nem adquiridos compulsoriamente, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda. Será obrigatório o reconhecimento das firmas dos signatários, exceto quando chancelados mecanicamente, dos seguintes documentos: carta de fiança bancária, apólice do seguro garantia e carta SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia, em se tratando de garantias por títulos.

Parágrafo Terceiro - A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula ficará condicionada à autorização, por parte da **CEDAE**, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e após a aceitação definitiva da obra ou serviços pela Fiscalização da **CEDAE**.

Parágrafo Quarto - A garantia será devolvida à **CONTRATADA**, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da emissão, pelo administrador do contrato, do documento de Aceite Definitivo dos serviços, por solicitação escrita da **CONTRATADA**, se não houver nenhuma obrigação civil ou criminal desta, relativa a este contrato, que venha a impedir o seu encerramento.

Parágrafo Quinto - A **CEDAE** poderá descontar da garantia contratual, as importâncias que, a qualquer título, lhe sejam devidas pela **CONTRATADA** por força deste termo de contrato, devendo esta repor o respectivo valor no prazo de 10 (dez) dias, a partir do recebimento de notificação nesse sentido.

Parágrafo Sexto - A garantia contratual será executada na ocorrência de evento danoso relativo à

inexecução contratual, de responsabilidade da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - EXIGÊNCIAS LEGALMENTE OBRIGATÓRIAS

A **CONTRATADA** indica como responsável pelos serviços, ora contratados, o Sr. LUIZ CARLOS GUEDES DA SILVA, portador da Identidade Nº 240466730, que fica autorizado a representá-la, perante a **CEDAE**, em tudo que se relacionar à matéria dos serviços.

Parágrafo Primeiro - A **CONTRATADA** obriga-se a manter o profissional indicado na Cláusula anterior como Responsável na direção dos trabalhos até o final da sua execução. A substituição do Responsável Técnico poderá ser feita por outro, a juízo exclusivo da **CEDAE**, de igual lastro de experiência e capacidade.

Parágrafo Segundo - Para todos os fins de direito, obrigações e responsabilidades das partes, vinculam-se ao presente contrato a proposta de preços da contratada, o edital da licitação por Pregão Eletrônico - 003/2016 - ASL-DP (Processo E-17/100.206/2012) e todos os seus anexos, como se neles tivessem transcritos.

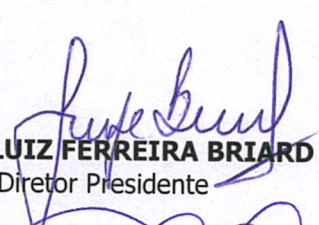
CLÁUSULA VIGÉSIMA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

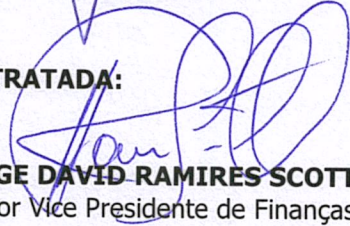
Rio de Janeiro, 28 de Agosto de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


MARCO ANTÔNIO FEIJO ABREU
Diretor de Projetos Estratégicos e
Sustentabilidade

Pela **CONTRATADA**:


JORGE DAVID RAMIRES SCOTT
Diretor Vice Presidente de Finanças


RICARDO SCHEFFER DE FIGUEIREDO
Diretor Vice Presidente ITS Suporte

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-CTIS-TECNOLOGIA-locação-de-microcomputadores-PE-003-2016-VBO

DIRETORIA DE GENTE E GESTÃO
GERÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DESPACHO DA GERENTE
DE 30.08.2018

PROCESSO Nº E-07/203.397/2007. De acordo com o Decreto nº 2.479/79, procedemos à apuração do Tempo de Serviço para fim de Licença Prêmio da servidora IVANEIDE SEROUR, ID nº 2148023-0, Cargo Engenheiro Sendo assim, autorizo a concessão de 06 (seis) meses do benefício, tendo em vista o direito, relativos ao período base de 28/08/2008 a 26/08/2013 e 27/08/2013 a 25/08/2018.

PROCESSO Nº E-07/30805/1991. De acordo com o Decreto nº 2.479/79, procedemos à apuração do Tempo de Serviço para fim de Licença Prêmio do servidor ADAO DA SILVA QUINTES, ID nº 2690333-6, Cargo Ajudante Operacional. Sendo assim, autorizo a concessão de 03 (três) meses do benefício, tendo em vista o direito, relativa ao período base de 25/03/2012 a 23/03/2017.

CONSELHO DIRETOR
DESPACHO DO CONSELHO DIRETOR
DE 15.08.2018

PROCESSO Nº E-07/203.394/2003 - INDEFIRO o requerimento de Licença de Operação, em nome da **PIGC EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA** para sistema de tratamento de esgoto sanitário com base no Parecer Técnico de Licença de Operação nº 26/2018 e, especialmente, na decisão do Conselho Diretor, em sua 443ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, realizada em 15.08.2018, que informa que a empresa recebeu, da Prefeitura Municipal de Meio Ambiente de Mangaratiba, a LMO nº02/2017 para operar a estação de tratamento e, ainda, nos demais elementos do processo nº E-07/203.394/2003.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
DIRETORIA DE PÓS LICENÇA
ATO DO DIRETOR

PORTARIA INEA DIPOS Nº 35 DE 21 DE AGOSTO DE 2018

CRIA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO INEA Nº 01/2018 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O DIRETOR DE PÓS LICENÇA DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007 e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no processo nº E-07/002.13258/2017,

RESOLVE

Art. 1º. - Criar Comissão para proceder ao acompanhamento e fiscalização da ordem de execução de serviço INEA nº 01/2018, firmado com a empresa AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL LTDA.

Art. 2º. - Designar para a Supervisão do Contrato: LUANA DE JESUS MENDES DOS REIS, ID Funcional nº 4364573-9; ANDREA SEDA DA SILVEIRA BRAZ PINTO, ID Funcional nº 2150769-4; CLAUDIO MONTEIRO DE ARAUJO, ID Funcional nº 2150815-1, para a Fiscalização do Contrato e ROSALVO MORAES DE OLIVEIRA, ID Funcional nº 2150757-0, como Suplente.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 2018

JOSÉ MARIA DE MESQUITA JUNIOR

Diretor de Pós Licença

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CORREGEDORIA
RETIFICAÇÃO
D.O DE 28.08.2018
PÁGINA 25 - 1ª COLUNA

ATO DO CORREGEDOR

DE 24.08.2018

MARCELO CEOLIN VICTOR DE SOUZA

Onde se lê: "...Processo nº E-07/002.101138/2018.

Leia-se: "...Processo nº E-07/002.307771A/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 24/04/2018

Designa EDILSON MEDEIROS DE SOUZA, Chefe de Departamento, como Presidente, SEBASTIAO PUELL, Assessor de Segurança Patrimonial e CIO FERNANDES FILHO, Assessor de Departamento, como membros titulares e GILSON DAS GRACAS PINTO, Chefe de Departamento, como membro suplente. Gerente do Contrato JANE BAPTISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos e ANDREA CONCEIÇÃO FERREIRA MARTINS, Agente de Saneamento H, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAE, DIVISÕES EM LOTES I, II, III E IV, de que trata o Processo nº E-17/100.379/2016, Ordem de Serviço "E" nº 15.114/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 30/07/2018

DESIGNA LUIZ GUSTAVO POSSAS, Agente Administrativo F, como Presidente, MARCELO BARTOLOMEU, Agente Administrativo F, DAITON GOMES GUIMARÃES, Analista de Sistemas D, como membros titulares e ALEXANDRE VALADÃO LOPES, Agente Administrativo E, como membro suplente, Gerente do Contrato RICARDO BRITO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo F e CLAUDIO RAVAGLIA CLINK, Analista de Sistemas C, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à LICITAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES PARA SUBSTITUIÇÃO DO PARQUE DE INFORMÁTICA DA CEDAE, de que trata o Processo nº E-17/100.206/2012, Ordem de Serviço "E" nº 15.202/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 29/08/2018

PROCESSO Nº E-17/100.615/2015 - Concorrência Nacional - CN 202/2017 - ASL DP - Acato a decisão da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Não Engenharia pelo INDEFERIMENTO do recurso interposto pela Empresa VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS EIRELI, mantendo o posicionamento inicial no sentido de DECLARAR vencedora da licitação a Empresa PROVAC TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA.

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

DESPACHO DO SECRETÁRIO

DE 29.08.2018

PROCESSO Nº E-12/001/000763/2018 - RATIFICO, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, a cessão parcial da área do Parque de Exposição Raul Veiga, no Município de Cordeiro, área conhecida como "Campo de Montão Frio", do Estado do Rio de Janeiro e senhor e possuidor, para o Posto de Montão Futebol Clube.

Id: 2129762

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
DE 30.08.2018

PROCESSO Nº E-02/007/100555/2018 - HOMOLOGO o resultado da licitação na modalidade de SHOPPING Nº 014/2018, do tipo Menor Preço Global por Lote, realizado em 18/08/18, cujo objeto foi adjudicado nos termos do art. 3º, inc. V, do precatório Regulamento, na forma que se segue a firma:

CONPLAN EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA, para o Lote Único - Contratação de Empresa de Engenharia para Execução de Obra para Execução de Obra para a Construção de Galpão para Oficina de Máquinas, no Município de Itaboraí, no valor de R\$ 559.306,36 (quinhentos e cinquenta e nove mil trezentos e seis reais e trinta e seis centavos).

Id: 2129419

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

ATOS DO SECRETÁRIO

RESOLUÇÃO SETRAB Nº 870 DE 29 DE AGOSTO DE 2018

ATRIBUI RESPONSABILIDADES PARA INERIR E ENCAMINHAR DADOS AO TCE/RJ, POR MEIO DO SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO FISCAL - SIGFIS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Complementar Estadual nº 63/90 e as Deliberações nºs 260 e 281/2017,

RESOLVE:

Art. 1º. - A inserção e envio de dados ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Sistema Integrado de Gestão Fiscal - SIGFIS, cujas normas gerais estão definidas na Deliberação TCE nº 281/2017, terão como responsáveis os titulares das seguintes áreas:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO/PREGÃO: Inserir dados relativos aos Editais de Licitação e alterações subsequentes, em cumprimento à Deliberação TCE nº 280/2017.

GESTÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - CCC: Inserir dados relativos aos Contratos/Termos Aditivos e Convênios, em cumprimento à Deliberação TCE nº 280/2017.

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - APG: Inserir dados relativos às Dispensas e Inexorabilidades de Licitação, e informações relativas ao fundamento legal do orçamento, em cumprimento à Deliberação TCE nº 280/2017.

ASSESSORIA DE CONTABILIDADE - ASCONT: Inserir informações relativas à aprovação de adiantamento.

GERÊNCIA FINANCEIRA - GEFIN: Inserir dados relativos às concessões de diárias e adiantamentos.

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DGAF: Cadastros usuários do Sistema e encaminhar os dados inseridos pelas áreas responsáveis.

Art. 2º. - Todos os responsáveis deverão cumprir os prazos para encaminhar os dados determinados na Deliberação TCE nº 281/2017.

Art. 3º. - Havendo alteração nas referidas determinações, serão igualmente acompanhadas pelos setores pertinentes, dentro de suas atribuições.

Art. 4º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018

MILTON RATTES DE AGUIAR

Secretário Estadual de Trabalho e Renda

Id: 2129648

RESOLUÇÃO SETRAB Nº 871 DE 29 DE AGOSTO DE 2018

ATRIBUI RESPONSABILIDADES PARA ENCAMINHAR DOCUMENTOS AO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO - ETCERJ, NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei Complementar Estadual nº 63/90 e as Deliberações TCE/RJ nºs 260/2013; nºs 261/2014; nºs 278, 279, 280 e 281/2017; nºs 286 e 288/2018,

RESOLVE:

Art. 1º. - As remessas de dados e documentos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Sistema Informatizado - ETCERJ, cujas normas gerais estão definidas na Deliberação TCE nº 261/2014, terão como responsáveis os titulares das seguintes áreas:

COMISSÃO DE LICITAÇÃO/PREGÃO: Inserir dados e enviar atos relativos aos editais de licitação e alterações subsequentes, em cumprimento à Deliberação TCE nº 280/2017.

GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS - GRH: Inserir dados e enviar editais de concursos públicos, atos de admissões de pessoal e demais atos relativos às aposentadorias, reformas, transferências para a reserva remunerada, pensões e fixações de proventos, em cumprimento às Deliberações nos 260/2013 e 286/2018.

ASSESSORIA DE CONTABILIDADE - ASCONT: Enviar documentos relativos às Prestações de Contas Anuais de Gestão, em cumprimento à Deliberação TCE nº 278/2017.

ASSESSORIA DE AUDITORIA INTERNA - ASCI: Enviar documentos relativos às Tomadas de Contas, em cumprimento à Deliberação TCE nº 279/2017.

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - DGAF: Enviar documentos relativos aos cadastros dos responsáveis, em cumprimento à Deliberação nº 288/2018.

Art. 2º. - Os responsáveis deverão cumprir os prazos, bem como deverão encaminhar os documentos determinados em cada Deliberação do TCE sob sua responsabilidade.

Art. 3º. - Havendo alteração nas referidas Determinações sob sua responsabilidade, serão igualmente acompanhadas pelos setores pertinentes, dentro de suas atribuições.

Art. 4º. - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018

MILTON RATTES DE AGUIAR

Secretário de Estado de Trabalho e Renda

Id: 2129649

Secretaria de Estado de Cultura

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO CHEFE

DE 21.08.2018

***PROC. Nº E-18/400.200/91.** AUTORIZO a contagem em dobro, para fins de aposentadoria, de 06 (seis) meses de Licença Prêmio, referente aos períodos base de 18/03/1982 a 17/03/1987 e 18/03/1987 a 17/03/1992, concedido e não usufruído pelo servidor EDGAR FREITAS DE SOUZA, Id. Funcional nº 28676335.

Id: 2129327

Secretaria de Estado de
Esporte, Lazer e Juventude

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

DE 30.07.2018

PROCESSO Nº E-30/001/609/2015 - O ORDENADOR DE DESPESAS, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto no Parágrafo Único, do art. 11, da Resolução SETE nº 048/2009 e fundamentado no Relatório e Parecer da Assessoria de Prestação de Contas nº 013/2018, **APROVA** a Prestação de Contas do Projeto mencionado abaixo:

PATROCINADOR: Rio de Janeiro Refrescos Ltda.
PROJETO: Campeonato Mundial de Surf Saquarema Prime.
PROponente: Associação Brasileira de Surf Profissional - ABRASP, CNPJ: 31.886.401/0001-14.
VALOR TOTAL DO PROJETO: R\$ 300.000,00.
VALOR APROVADO: R\$ 300.000,00.
PROCESSO INSTRUTIVO Nº E-30/001/159/2015.

Id: 2129528

CONSELHO ESTADUAL DO FUTEBOL DO RIO DE JANEIRO

ATA DE REUNIÃO

Ata da reunião do GT - Grupo de Trabalho que organizará o Confeut/RJ, realizada por determinação do Secretário de Estado de Esportes, Lazer e Juventude, Dr. José Ricardo Ferreira Brito, aos 13 dias do mês de agosto de dois mil e dezoito. Sob a direção do Dr. Rafael Fernandes Lira, Presidente do Grupo de Trabalho e com a presença dos seguintes membros, Professora Mariana Pires, Dra. Julia Gelli, Professor Sebastião Lazaroni e Sr. Sebastião Nait Junior, a reunião iniciou-se às quinze horas, com os seguintes pontos de pauta: a) Apresentação dos Membros do Grupo de Trabalho; b) Apresentação das Diretrizes para a Instalação e c) Deliberações Finais. Dando início aos trabalhos o Dr. Rafael Lira saudou a todos os presentes e fez uma breve explanação sobre os caminhos trilhados para se chegar até esse momento. Em seguida pediu para que cada pessoa se apresentasse. Em seguida passou a apresentar as diretrizes para a instalação do Confeut/RJ, a partir das orientações do Secretário de Esportes. A saber: 1- Elaborar a Minuta do Edital que apresentará o Confeut-RJ às instituições que, de acordo com o Art. 3º, do Capítulo II Da Composição e do Funcionamento em seus números I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII e, ainda o Parágrafo Primeiro do mesmo Artigo; 2- Enviar Ofício de Notificação da Promulgação da Lei Ordinária nº. 7.948 de 04 de maio de 2018, que institui o Conselho Estadual do Futebol Masculino e Feminino do Estado do Rio de Janeiro aos órgãos públicos que terão assento no Conselho, solicitando que, de acordo com o texto, os responsáveis por tais órgãos indiquem o Titular e o Suplente que participará do Confeut-RJ; 3- Receber as propostas de participação no Conselho, oriundas das entidades da Sociedade Civil, de acordo com o nº. II do Art. 3º do Capítulo II Da Composição e do Funcionamento da Lei 7.948 de 04 de maio de 2018, sistematizando-as e ordenando de modo a que possam ser analisadas pelo Secretário de Esportes, para posterior escolha e encaminhamento ao Governador do Estado para a publicação da nomeação do Colegiado do Conselho; 4- Buscar e escolher um local (espaço físico) aonde o conselho se instalará para o exercício de suas atividades; 5- Apresentar ao Secretário de Estado de Esportes a relação de móveis, utensílios e material necessário para que o Conselho Estadual do Futebol Masculino e Feminino do Estado do Rio de Janeiro possa executar as suas funções constantes na Lei, para que seja providenciada a sua disponibilização, de acordo com o Artigo 12 e Artigo 13 da Lei nº. 7.948 de 04 de maio de 2018; 6- Apresentar ao Secretário de Estado de Esportes a relação de pessoal, servidores da Secretaria de Esportes, necessários que, de acordo com o Art. 12 e Artigo 13 da Lei nº. 7.948 de 04 de maio de 2018, deverão ser disponibilizados ao Confeut-RJ. Após a apresentação detalhada das diretrizes o Doutor Rafael submeteu aos presentes o texto, para que pudessem opinar. Houve um consenso entre os presentes e as diretrizes foram aprovadas como apresentadas. O Professor Sebastião Lazaroni perguntou quais seriam os critérios para o desempate entre as instituições interessadas. O Presidente do Grupo de Trabalho, Dr. Rafael Lira elencou os seguintes pontos: Experiência, Qualificação Técnica, Saber, Etilidade, Atuação no Desenvolvimento do Futebol e o Tempo e Relevância como 'sujeito' participante do Futebol, destacando como exemplo Jogador, treinador e outros setores ligados ao futebol. Sobre os critérios, o Coordenador solicitou que seja um dos temas da próxima reunião do "GT". A partir daí foram deliberadas as seguintes providências: (Que seja elaborado o Edital que deverá ser publicado em Diário Oficial, com o objetivo de se dar publicidade à iniciativa de instalação do Confeut-RJ; (Que se busque, junto a Ferj - Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, os contatos dos Clubes de Futebol e de outras instituições que tenham o tema, com destaque para as do interior, com vistas a que se possa informar da instalação do Conselho. Passando às deliberações o Presidente do Grupo de Trabalho solicitou que Nait Junior elaborasse o texto do Edital; (Que a Doutora Julia Gelli busque informações junto a Ferj sobre os clubes de futebol, federações e ligas do estado; (Que a Professora Mariana Pires busque junto à comissão de esportes do Cdcm - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher as instituições femininas que mantenham a prática desportiva. Tendo sido esgotados os pontos da pauta proposta o Doutor Rafael Lira deu por encerrada a reunião, às dezesseis e trinta horas, lembrando que a próxima reunião será marcada e informada aos membros do Grupo de Trabalho, por meio do Aplicativo Digital WhatsApp. Eu Sebastião M. Nait Junior, secretário geral, lavrei a presente Ata que vai por mim e pelo Presidente do Grupo de Trabalho assinada, após lida e aprovada pelos membros do GT - Grupo de Trabalho, Rafael Fernandes Lira - Presidente do Grupo de Trabalho e Sebastião M. Nait Junior - Secretário Geral.

Id: 2129373

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO

DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 25/07/2018

PROCESSO Nº E-30/002/137/2018 - AUTORIZO, com base nas manifestações do sistema administrativo, a despesa por dispensa de licitação nos termos do art.24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, em favor da PXTCE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS LTDA, no valor de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais), referente a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de engenharia elétrica do Parque Aquático Júlio Delamare.

Id: 2129597

Secretaria de Estado de Direitos Humanos e
Políticas para Mulheres e Idosos

CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO RIO DE JANEIRO

ATO DA PRESIDENTE

DELIBERAÇÃO CEDCA/RJ Nº 63 DE 22 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO COM A FINALIDADE DE FORMULAR A POLÍTICA ESTADUAL DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO AOS HOMICÍDIOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO RIO DE JANEIRO.

O CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CEDCA/RJ, órgão normativo, consultivo, deliberativo, fiscalizador e formulador das políticas públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente do Estado do Rio de Janeiro.

CONSIDERANDO:

- os artigos 5 e 227, da Constituição Federal de 1988, ambos destacando o direito à vida;

FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.
DATA DE ASSINATURA: 24/08/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.
VALOR: SEM ONUS
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 28.779 e Decreto Estadual nº 3.149/80.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/101106/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 037/2018
PARTES: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a MAXWAL- RJ LOCAÇÕES, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

OBJETO: Cooperação recíproca visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 24/08/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 28.779 e Decreto Estadual nº 3.149/80.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/100520/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 038/2018
PARTES: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a CASA DE SAÚDE LARANJEIRAS LTDA.

OBJETO: Cooperação recíproca visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 24/08/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 28.779 e Decreto Estadual nº 3.149/80.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/100673/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 039/2018
PARTES: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a EIPEL CAMARAS FRIGORÍFICAS EIRELI.

OBJETO: Cooperação recíproca visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 28.779 e Decreto Estadual nº 3.149/80.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/100658/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 040/2018
PARTES: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a CAPACITARE RECURSOS HUMANOS EIRELI.

OBJETO: Cooperação recíproca visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 28.779 e Decreto Estadual nº 3.149/80.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/101017/2018.

INSTRUMENTO: Termo de Cooperação Divest nº 041/2018
PARTES: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC e a GELOPERS AND INTEGRATORS LTDA.

OBJETO: Cooperação recíproca visando ao desenvolvimento de atividades conjuntas relacionadas ao estágio curricular dos alunos da FAETEC, conforme Plano de Trabalho, que passa a fazer parte integrante deste instrumento.

DATA DE ASSINATURA: 28/08/2018
PRAZO: 60 (sessenta) meses, contados da data de sua publicação.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93. Lei Federal nº 11.788/08, Lei Estadual nº 28.779 e Decreto Estadual nº 3.149/80.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº E-26/005/100871/2018.

Id: 2129331

Secretaria de Estado de Transportes

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
AVISOS

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados a **SUSPENSÃO SINE DIE** do leilão DT43.18, o mesmo seria realizado no dia 03 de setembro de 2018, às 10h00min no auditório situado na **AVENIDA TREZE DE MAIO Nº 47/903 - Rio de Janeiro**, na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, tendo como leiloeiro o Sr. EDGAR DE CARVALHO JUNIOR, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 032. Este aviso estará disponível no site www.detro.rj.gov.br.

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados a **SUSPENSÃO SINE DIE** do leilão DT44.18, o mesmo seria realizado no dia 12 de setembro de 2018, às 10h00min no auditório do **CLUBE DE ENGENHARIA**, situado na **Av. Rio Branco, 124 - 18º andar - Rio de Janeiro**, na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, tendo como leiloeiro o Sr. ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 103. Este aviso estará disponível no site www.detro.rj.gov.br.

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados a **SUSPENSÃO SINE DIE** do leilão DT45.18, o mesmo seria realizado no dia 19 de setembro de 2018, às 10h00min no auditório do **CLUBE DE ENGENHARIA**, situado na **Av. Rio Branco, 124 - 18º andar - Rio de Janeiro**, na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, tendo como leiloeiro o Sr. ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 103. Este aviso estará disponível no site www.detro.rj.gov.br.

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados a **SUSPENSÃO SINE DIE** do leilão DT46.18, o mesmo seria realizado no dia 24 de setembro de 2018, às 10h00min no auditório do **CLUBE DE ENGENHARIA**, situado na **Av. Rio Branco, 124 - 18º andar - Rio de Janeiro**, na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, tendo como leiloeiro o Sr. ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 103. Este aviso estará disponível no site www.detro.rj.gov.br.

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados a **SUSPENSÃO SINE DIE** do leilão DT47.18, o mesmo seria realizado no dia 26 de setembro de 2018, às 10h00min, no au-

ditório do **CLUBE DE ENGENHARIA**, situado na **Av. Rio Branco, 124 - 18º andar - Rio de Janeiro**, na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, tendo como leiloeiro o Sr. ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 103. Este aviso estará disponível no site www.detro.rj.gov.br.

O DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO torna público, para conhecimento dos interessados, a **SUSPENSÃO SINE DIE** do leilão DT48.18, o mesmo seria realizado no dia 26 de setembro de 2018, às 13h00min, no auditório do **CLUBE DE ENGENHARIA**, situado na **Av. Rio Branco, 124 - 18º andar - Rio de Janeiro**, na forma presencial e on-line, dos veículos apreendidos ou removidos, a qualquer título e não reclamado por seu proprietário dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do recolhimento conforme art. 328 do Código de Trânsito Brasileiro, tendo como leiloeiro o Sr. ALEXANDRO DA SILVA LACERDA, devidamente matriculado na JUCERJA sob o nº 103. Este aviso estará disponível no site www.detro.rj.gov.br.

Id: 2129669

Secretaria de Estado do Ambiente

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
EXTRATO INSTRUMENTO CONTRATUAL

***INSTRUMENTO:** CONTRATO Nº 35/2018-INEA assinado em 08/08/2018. **PARTES:** INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE e CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA. **OBJETO:** Prestação do Serviço de passagem expressa em pedágios e estacionamento utilizando TRANSPONDER de identificação veicular (TAGS) para atender as necessidades do Instituto Estadual do Ambiente. **VALOR:** R\$ 174.828,40 (cento e setenta e quatro mil e seiscentos e vinte e oito reais e quarenta centavos). **PRAZO:** O prazo de duração será de 12 (doze) meses, com início em 09/08/2018 e término em 08/08/2019, com possibilidade de prorrogação através de aditivos. **DATA DA ASSINATURA:** 28/08/2018. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei nº 8.666/1993. **PROCESSO Nº E-07/002.693/2017.**
 *Omitido no D.O. de 09/08/2018.

Id: 2129714

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO

A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE-INEA, designadas pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, comunica aos interessados, que a data abstrata do Pregão Eletrônico nº 013/2018, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONDUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES sofreu alterações. A errata 02 encontra-se disponível nos sites www.compras.rj.gov.br e www.inea.rj.gov.br, podendo, alternativamente, ser adquirida 01 (uma) via impressa na Av. Av. Venezuela, 110 - 15º andar - Saúde-Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10h00min às 12h00min e de 14h00min às 16h00min de segunda a sexta-feira. O pleito anteriormente marcado para o dia 28/08/2018, às 11h00min, fica adiado para o dia 14/09/2018, às 11h00min horas. O Edital encontra-se disponibilizado no site do INEA e NO SIGA.

Id: 2129715

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

AUTO DE INFRAÇÃO Nº CGOFESIA/00149146

NOME: Reynaldo Tersitano Filho. **CNPJ/CPF Nº:** 048.540.308-01. **ENDEREÇO:** Estrada Bernardo Coutinho, 5108. **MUNICÍPIO:** Petrópolis - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigos 46 e 64 da Lei Estadual nº 3.457/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 11.297,33. **PROCESSO Nº E-07/002.4691/2015.**

Id: 2129712

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAEE Nº 115/2018 (DF). **PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAEE - e a FORÇA TÁTICA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA EIRELI. **OBJETO:** "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAEE, LOTE I: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA DIA E NOITE E SERVIÇOS DE APOIO TÉCNICO OPERACIONAL - MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO". **PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 17.575.674,48 (dezesete milhões, quinhentos e setenta e cinco mil e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 30/08/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/100.379/2016 (Pregão Eletrônico nº 063/2016).

Id: 2129750

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAEE Nº 111/2018 (DE). **PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAEE - e a VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS - EIRELI. **OBJETO:** "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAEE". **PRAZO:** 1.080 (mil e oitenta) dias. **VALOR:** R\$ 15.970.284,00 (quinze milhões, novecentos e setenta mil duzentos e oitenta e quatro reais). **DATA DE ASSINATURA:** 28/08/2018. **FUNDAMENTO:** Processo Nº E-17/100.206/2012 (Pregão Eletrônico nº 003/2016).

Id: 2129485

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAEE Nº 117/2018 (DF). **PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAEE - e a VERDE GESTÃO DE SERVIÇOS E RESÍDUOS - EIRELI. **OBJETO:** "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAEE". **PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 17.389.374,72 (dezesete milhões, trezentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e quatro reais e setenta e dois centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 30/08/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/100.379/2016 (Pregão Eletrônico nº 063/2016).

Id: 2129751

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: CONTRATO CEDAEE Nº 116/2018 (DF). **PARTES:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAEE - e a VIGAT VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA. **OBJETO:** "GESTÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PATRIMONIAL

PARA ATENDIMENTO ÀS UNIDADES DA CEDAEE. LOTE II: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA DIA E NOITE - DEMAIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO". **PRAZO:** 24 (vinte e quatro) meses. **VALOR TOTAL:** R\$ 14.061.452,40 (quatorze milhões, sessenta e um mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e quarenta centavos). **DATA DE ASSINATURA:** 30/08/2018. **FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/100.379/2016 (Pregão Eletrônico nº 063/2016).

Id: 2129752

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES
AVISO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: CN Nº 002/2018-ASL-1.1
OBJETO: COMPLEMENTAÇÃO E INTERLIGAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO PAQUETA - ETE SÃO GONÇALO.
A ASSESSORIA DE LICITAÇÕES comunica que encontra-se à disposição dos interessados, no site www.cedae.com.br/licitacao, a **ERATA Nº 2** ao Edital.

Id: 2129627

Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO

INSTRUMENTO: TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL GRATUITO. **PARTES:** PESAGRO-RIO X EMATER RIO. **OBJETO:** CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL, PELO PRAZO DE CINCO ANOS, DE 02 (DOIS) APARELHOS DE AR CONDICIONADO, MARCA CONSUL, DE 12.000 BTUS, 220 V, REGISTRO PATRIMONIAL AC 5707, NO VALOR DE R\$ 71.000 (SETECENTOS E DEZ REAIS) E 7500 BTUS, 110 V, REGISTRO PATRIMONIAL AC 5791, no valor de R\$ 488,00 (quatrocentos e oitenta e oito reais), de propriedade da PESAGRO-RIO. **PRAZO:** 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura. **DATA DA ASSINATURA:** 28/08/2018. **Nº DE REGISTRO:** 014/2018. **FUNDAMENTO:** Proc. nº E-02/003/10008/2018 - Lei Federal nº 13.303/16.

Id: 2129695

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO
CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 020/2018. **PARTES:** Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - CEASA-RJ e a FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. **OBJETO:** Prestação de serviços de consultoria técnica para a implementação do novo modelo de gestão dos serviços dos mercados da CEASA-RJ. **FUNDAMENTO:** Art. 24, inciso XIII da Lei nº 8.666/93. **DATA DA ASSINATURA:** 29/08/2018. **VIGÊNCIA:** Até 50 (cinquenta) dias a contar da data de assinatura. **VALOR:** R\$ 345.000,00 (trezentos e quarenta e cinco mil reais). **PROCESSO Nº E-02/004/362/2018.**

Id: 2129671

Secretaria de Estado de Cultura

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

INSTRUMENTO: Contrato nº 007/2018. **PARTES:** Secretaria de Estado de Cultura - SEC e a GUARALHA DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA EPP. **OBJETO:** Aquisição de gêneros de água mineral de 20 litros. **VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses. **DATA DE ASSINATURA:** 28/08/2018. **VALOR:** R\$ 32.784,00 (trinta e dois mil setecentos e oitenta e quatro reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** PT 2016: FR 100 e 2018NE00490. **FUNDAMENTO LEGAL DO ATO:** Lei Federal nº 8.666/93. **PROCESSO Nº E-18/001/361/2018.**

Id: 2129698

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** Termo Aditivo ao Termo de Permissão de uso. **PARTES:** FTM/RJ e a DELL'ARTE SÃO PAULO EVENTOS E SERVIÇOS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:
 O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do valor da contra prestação do Termo de Permissão de Uso, com fundamento no art. 65, da Lei nº 8.666/93, para melhor adequação às finalidades de interesse público, passando a Cláusula Quarta DA REMUNERAÇÃO, a vigorar com a seguinte redação:
"CLÁUSULA QUARTA: DA REMUNERAÇÃO"
 Como contraprestação pela presente permissão de uso, objeto deste termo, a PERMISSIONÁRIA, de per si, neste ato, obriga-se a fornecer, de forma irrevogável e irretroativa, diretamente à FTM/RJ, bens e serviços no valor total de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), que serão minuciosamente descritos, avaliados e discriminados por ocasião da entrega dos bens e/ou serviços, através da competente documentação, e que fará parte integrante do presente termo de permissão de uso, para os devidos fins contábeis, patrimoniais e legais.
DATA DA ASSINATURA: 12.07.2018.
FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.666/93. de 21.06.93 e Lei Complementar Estadual nº 8, de 25.10.77.
AUTORIZAÇÃO: Processo Nº E-18/005/257/2018.
 *Omitido no D.O. de 01.08.2018.

Id: 2129517

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO

D.O. DE 29.08.2018
 PÁGINA 23 - 2ª COLUNA
 EXTRATO DE TERMO

Onde se Lê:
 *INSTRUMENTO: TPJT, com ônus, nº 18/278/2018.

Leia-se:
 *INSTRUMENTO: TPJT, com ônus, nº 18/270/2018.

Id: 2129319

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

***INSTRUMENTO:** II TERMO ADITIVO AO TPJT Nº 18/115/2018. **PARTES:** FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e SUELI SILVA DE MENDONÇA CRUZ. **OBJETO:** CLÁUSULA PRIMEIRA: A numeração do primeiro Termo Aditivo lavrado, datado de 25/06/2018, fica retificada, passando a ser de-